

FORMAÇÃO SOCIAL E (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO LITORÂNEO CATARINENSE

**CÉLIA MARIA E SILVA
EWERTON VIEIRA MACHADO
NAZARENO JOSÉ DE CAMPOS***

Considerações Iniciais

O texto a seguir desenvolve alguns pontos para reflexão no que diz respeito aos aspectos da formação do espaço geográfico do Estado de Santa Catarina - sul do Brasil, em particular, no que concerne a região litorânea.

Trata-se, de certo modo, do desenvolvimento progressivo de idéias mapeadas em outros trabalhos acadêmicos e que estão em permanente reelaboração a partir de projetos ora em andamento.

Cabe sublinhar que nosso objetivo é o de suscitar debates entre pesquisadores que desenvolvem trabalhos e que se inserem na temática em xeque, ou àquelas afins, como forma de contribuir para o aprimoramento do pensar a Geografia e outras Ciências Sociais que discutem o homem e suas interrelações com o meio ambiente.

1. A contribuição Açoriana na Formação Sócio-Espacial

A formação sócio-espacial catarinense, para que possa ser compreendida, exige o entendimento de sua constituição histórica. E, particularmente, no que se refere à área litorânea, temos que nos reportar à gênese açoriana, isto é, à formação social dos Açores, em meados do século XVIII, período em que o açoriano desloca-se de seu território e aparece em terras do litoral sul brasileiro.

Naquele momento histórico, havia o predomínio, no interior da formação social portuguesa e, em particular na formação social de Açores, de relações servis e de pequena produção independente, embora no plano externo, já se desenvolvessem fortemente relações capitalistas mercantis.

Contudo, em ambas as formações sociais - Portugal Continental e Açores - mantiveram-se e até aprofundaram-se relações de comunitarismo em diversas dimensões: nos setores agrícola e pesqueiro - consideradas atividades básicas nos Açores-, nos costumes, nas festas, na arte, na religião, etc.

Daí a presença e distinção de traços sócio-espaciais tão característicos da população açoriana no litoral catarinense, visto que permaneceram vários aspectos culturais, formas de utilização da natureza e diferentes tipos de produção econômica, que não só identificam a formação social litorânea catarinense, como a diferencia de outras formações que se desenvolveram em Santa Catarina, especialmente as áreas habitadas por populações de origem alemã e italiana.

* Professores do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Brasil, integrados ao Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LABEUR).

Cabe ressaltar que a formação social de Açores, distante física e economicamente de Portugal Continental, não possuía, em meados do século XVIII, um desenvolvimento manufatureiro importante, como já era comum no continente, onde era nítida a presença de fábricas de tecidos, vinho, azeite, etc. Desta forma, a região dos Açores era considerada, pelo Estado e classes dominantes portuguesas, uma área atrasada, cujos interesses político-econômicos despontavam como diferentes daqueles existentes no Continente. Assim sendo, utilizavam-se de artifícios reais - população relativamente alta para o tamanho e condições físico-geográficas do território; problemas geofísicos, como vulcanismo, etc -, mas que não explicavam totalmente a pobreza do povo açoriano. A Coroa Portuguesa então, empenhou-se na promoção do processo migratório, fazendo-os dirigirem-se para regiões distantes, notadamente para o Brasil Meridional, local que despertara interesse das classes dominantes lusas.

Tais interesses, giravam principalmente em torno do capital mercantil luso, que desejava desenvolver produções de grande vulto ao longo do litoral catarinense e, para tanto, precisava garantir a ocupação da área, colonizando-a e, igualmente, barganhar força de trabalho para os processos produtivos. Assim, o açoriano que ingressou na formação social litorânea catarinense - conforme subentende-se a partir do relatório de Silva Paes, em 1738 - foi com o intuito de se tornar um “colono-soldado”. Na verdade, tratava-se de mão-de-obra livre que faltava para desencadear as atividades produtivas principais - agricultura para o próprio abastecimento do setor administrativo e militar, e pesca da baleia, em especial. Saliente-se que esta última atividade destinava-se ao fomento do capital comercial luso à serviço da acumulação primitiva do capital europeu. Dessa forma fica perceptível, desde os primórdios, a inserção da pequena produção açoriana do litoral catarinense à divisão social, nacional e internacional do trabalho.

Cabe salientar ainda que, mesmo antes do processo colonizatório no litoral catarinense, inúmeros acontecimentos importantes - criação de portos e fortalezas, já percebidos no Despacho do Conselho Ultramarino de 1717; fundação da Colônia de São Pedro em 1737; criação da Capitania de Santa Catarina em 1738; início da construção das armações baleeiras; etc - prenunciam a chegada do povoador açoriano. Ele próprio, conjuntamente a tudo isso, insere-se num amplo projeto político português para o sul brasileiro, no intuito de fomentar a produção colonial .

Povoando pontos estratégicos delineados pela Coroa Portuguesa - São Miguel, Desterro, Laguna, etc - e a partir destes, espalhando-se por várias outras áreas do litoral catarinense, os açorianos desenvolvem, nesta formação social, importante economia. Tinha por base a agricultura, cujo principal produto era a mandioca , além da pesca, notadamente a da baleia, que se ampliava à medida em que aumentava o interesse do capital comercial luso neste setor. Cabe ressaltar ainda, que a produção de farinha alcançava importantes mercados como o do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Montevideu e Buenos Aires. E os derivados da baleia eram enviados para os mercados de Portugal, França, Áustria, Inglaterra entre outros.

No que diz respeito à diferenciação social existente no interior dos processos produtivos, tem-se duas situações básicas. A primeira relaciona-se com a atividade pesqueira, onde houve um nítido processo de diferenciação social que possibilitou a ascensão dos trabalhadores timoneiros e arpoadores. Esta ascensão social ocorreu fundamentalmente, porque no interior das armações baleeiras havia a possibilidade da obtenção de: a) elevados salários - entre as atividades consideradas mais importantes no interior da divisão do trabalho; b) pagamento com a mercadoria escrava; c)

pagamento em produto (baleia). No que se refere aos cachalotes, os pequenos produtores procuravam destina-los à comercialização com os capitais clandestinos que transitavam nas águas do Atlântico sul - sobretudo holandeses, ingleses e franceses. O resultado deste processo então, traduziu-se em acúmulos de riquezas que, ao lado da requisição de terras junto a Coroa Portuguesa, permitiu a transformação de uma série de pequenos produtores independentes em senhores de escravos.

Já na situação particular dos agricultores, os reveses eram constantes pois, desde cedo, o pequeno produtor açoriano sofreu pressão, domínio e exploração. Sem possibilidades de comercializar diretamente seus produtos, via-se forçado a fazê-lo através dos comerciantes locais. Estes, por sua vez, inseridos no contexto econômico nacional, sentiam-se, igualmente, pressionados pelo capital comercial maior, especialmente do Rio de Janeiro, justamente aquele que mais comprava os produtos do litoral catarinense, mas que também os absorvia em outras províncias, jogando assim com a questão dos preços em seu benefício. Por conseguinte, o elo mais fraco dessa corrente, o pequeno produtor, era quem mais sofria com as oscilações nos preços dos produtos comercializados. Assim, tudo o que acumulava nos “bons” períodos, perdia nos momentos de queda do comércio regional.

Não bastasse isso, os pequenos produtores eram constantemente ludibriados pelos setores administrativos e militares, que compravam seus produtos e muitas vezes não os pagavam ou demoravam muito a fazê-lo, fato este, plenamente reconhecido por alguns presidentes da Província em seus relatórios. Logo, o processo de diferenciação e ascensão social, entre os pequenos produtores agrícolas, não se concretizou ao ponto de originar empresários, como foi no caso da pesca.

Há que se considerar ainda, que muitos dos entraves ao desenvolvimento da pequena produção açoriana teve origem em sua própria formação e evolução sócio-espacial. O habitat rural açoriano caracterizava-se pela formação de lotes individuais extensos, porém estreitos. A repartição da terra (herança) não alterava tal característica, e todos os filhos passavam a receber uma parte, provocando um acentuado processo de parcelamento do solo e engendrando seu empobrecimento, dado o constante uso, aliado ao desconhecimento de técnicas agrícolas de proteção.

O que se sucedeu então, foi uma dupla situação no interior da própria cultura açoriana: por um lado, pescadores continuaram com a possibilidade de ascensão social ao longo do século XIX e XX, quadro este que sofreu profundas alterações a partir do final da década de 1960. Por outro lado, os agricultores sofreram um precoce processo de decadência desde fins do século XVIII, visível no relatório de 1798 do então presidente da Capitania, João Alberto de Miranda Ribeiro. Este empobrecimento aprofunda-se no decorrer do século XIX, sedimentando-se no século XX, em especial após 1950, desestruturando fortemente a constituição sócio-cultural do povo açoriano.

2. Dinâmica Capitalista no Contexto da Realidade Regional

O século XX imprime marcas decisivas às transformações das paisagens litorâneas catarinenses e, conseqüentemente, ao aprofundamento da crise do modelo implantado naquelas regiões pela cultura açoriana. Assim, “novos”(e velhos) atores

sociais desencadeiam relações a partir das condições/possibilidades locais, inserindo-se aos contextos políticos e econômicos que passam conjugadamente a compor.

Ações são desencadeadas por diversos segmentos, e entre esses, o papel do Estado (re) assume forte relevância. Através de “políticas públicas”, intencionalmente deliberadas, tentáculos do sistema capitalista se manifestam através de empreendimentos estatais e/ou privados dando a dinâmica que vem se manifestando nas “rugosidades” do espaço geográfico catarinense.

Ao longo da formação litorânea catarinense, então, o que se percebe neste século é a gradual estagnação de atividades tradicionais e uma certa inserção ao processo de industrialização que já acontecia em outros centros mais dinâmicos, como Joinville, Blumenau, Criciúma e Tubarão.

Ate o século passado, a presença estatal já representava interesses das classes dominantes, mas, agia também, de certo modo, em consonância com interesses de pequenos produtores. Isto quer dizer que o Estado agia no sentido de: a) impedir, por exemplo, o avanço em áreas públicas - logradouros, campos comuns, etc - por parte de grandes proprietários de terras, comerciantes, etc, algo notório em legislações municipais, provinciais e mesmo imperiais; b) executar normas que propiciassem o favorecimento do pequeno produtor em decorrência da exploração de comerciantes, atravessadores e setores administrativos.

Por outro lado, a estrutura fundiária passa a assumir reflexos da “Lei de Terras” (1850) que diretamente influenciaria as relações entre posseiros, pequenos proprietários e produtores, haja vista a obrigatoriedade legal da escrituração pública referente aos termos de aquisição de terras pelo processo de compras.

As dificuldades dos pequenos produtores continuam com a República, época em que boa parte da legislação anterior é alterada ou desaparece. Além disso, conforme observa Cirne Lima (1931:80-84), desenvolve-se entre os governos estaduais, uma nítida conjugação de interesses, através de uma prodigiosa política de “favores” que, ao que parece, continua até hoje.

No século XX, as dificuldades são cada vez mais constantes na vida de muitas comunidades litorâneas, notadamente, entre descendentes açorianos, herdeiros de um modelo centrado na pequena produção mercantil. Nesses lugares as comunidades vêm seus territórios serem gradativamente substituídos e/ou alterados nos padrões de vida, diante de imposições externas, justificadas internamente como “necessidades modernizadoras”.

Lugares litorâneos como a capital do estado mergulham em ritmos lentos no processo de desenvolvimento que caracteriza a primeira metade deste século. O despertar para as novas tendências de crescimento econômico e desencadeadoras de crescimento demográfico urbano a partir dos anos 50/60, acontece com a presença decisiva de ações implementadas pelo Estado, em todas instâncias.

Marcas dessa trajetória acontecem a partir dos processos de integração das comunidades litorâneas às novas formas de produção - industrialização e circulação econômica nacional -, concomitantemente a implantação do trecho catarinense da BR-101, obras iniciadas em 1953 e concluídas em 1971.

Nesse “novo” cenário de transformações sócio-espaciais, o Estado assume fortemente o comando dos processos ditos modernizantes, viabilizando, por exemplo, o processo de urbanização dos balneários, buscando traduzir no território catarinense as orientações de uma lógica em curso a nível nacional, expressas pelas relações político-econômicas e difusas espacialmente.

Nas ações estatais perpassam intenções que se caracterizam com as formas de acumulação capitalista, de interesses alienígenas, buscando-se com as infra-estruturas básicas integrar mercados segundo necessidades da divisão do trabalho em marcha.

Esses tentáculos expressam, em cada lugar, a efetivação de oportunidades oferecidas com as possibilidades de interconexões que passaram a ser gerenciadas, via “ações planejadas”.

Os discursos desenvolvimentistas motivadores de investimento são também aceleradores do crescimento demográfico, notadamente, nas áreas urbanas e, de certo modo, do crescente número de unidades municipais emancipadas a partir dos anos setenta.

As principais cidades ao longo do litoral catarinense próximas de eixos rodoviário - BR 101 - e/ou acessos portuários são estimulados a “investirem” em políticas industrializadoras, servindo de “pólos regionais” para atração de migrantes, potencial exército de reserva para mão-de-obra dos tipos de atividades então dinamizados.

No caso particular da capital do estado, a “vocação” local nesse novo contexto de divisão do trabalho expressa-se pelas atividades de serviços públicos. Instalam-se, na ilha-capital a partir dos anos sessenta, empresas como CELESC, BRDE, CODESUL, SUDESUL e FUNDESC, além da própria Universidade, criada já no início daquela década. Nos anos posteriores àquele processo, expandem-se, originando outros órgãos como a PRODASC, UDESC, ITEP, etc, culminando com a chegada da ELETROSUL, que fora transferida do Rio de Janeiro para atender reclames políticos.

Nota-se que o papel desses aparelhos estatais instalados no núcleo intra-urbano principal da capital colaborou não somente com o “crescimento desordenado” e de novas relações de consumos (habitação, lazer, transportes, etc) que fomentaram motivos para implementação de normas de usos do solo.

Essas implementações passaram a se constituir em ações concretas a partir de preocupações desencadeadas já no primeiro Plano Diretor da cidade, na década de 50 e redefinidas na década de 70, com as perspectivas de implantação da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, inspirada em recomendações do I e II P.N.D.S - Planos Nacionais de desenvolvimento, 1972/74 e 1975/79, respectivamente.

Por decorrência das mudanças que são marcantes em cidades, povoados e áreas rurais, a crescente expansão demográfica nos núcleos urbanos vai, aos poucos, desterritorializando e territorializando sujeitos sociais, aos novos contextos que o litoral catarinense passa a se inserir, inclusive, expandindo suas influências em direção as áreas interioranas, como o planalto e o oeste do estado.

A título de ilustração didática, veja-se como se comportou os municípios litorâneos - costeiros - que nas duas últimas décadas apresentaram as maiores populações residentes em áreas urbanas, cujos dados indicam o significado de suas influências como “centro polarizadores” de economia e mudanças de expressão regional. Conforme as informações censitárias de 1980/1991(F.I.B.G.E), constantes da tabela a seguir, o comportamento demográfico tem um desempenho associado às tendências de mercado que passaram a direcionar modelos de crescimento e sugerir, portanto, ações públicas e privadas, através da implantação e/ou expansão de infra-estruturas e equipamentos para produção e consumo de mercadorias das mais diversas espécies.

Estado de Santa Catarina
População Urbana Residente nos Principais
Municípios Litorâneos, para o período de 1980/1991

| Município | População Urbana. | | | | |
|------------------|-------------------|-----------------------|---------|-----------------------|----------------|
| | 1980 | % em relação ao total | 1991 | % em relação ao total | % cresc. 91/80 |
| Florianópolis | 161.671 | 86,08 | 239.556 | 93,26 | 67,48 |
| São José | 79.128 | 90,17 | 128.203 | 92,02 | 61,72 |
| Itajaí | 78.867 | 91,14 | 114.558 | 95,75 | 68,84 |
| Palhoça | 35.043 | 92,24 | 65.661 | 96,13 | 53,36 |
| Laguna | 28.339 | 71,69 | 34.137 | 76,17 | 83,01 |
| Araranguá | 25.287 | 75,06 | 39.382 | 81,63 | 64,20 |
| Bal. Camboriu | 21.541 | 98,73 | 39.812 | 98,95 | 54,10 |
| S. Franc. Do Sul | 17.285 | 83,88 | 27.308 | 92,38 | 63,29 |
| Biguaçu | 16.134 | 75,27 | 28.215 | 82,91 | 57,18 |
| Imbituba | 16.598 | 65,94 | 25.831 | 83,36 | 64,25 |

FONTE: F.I.B.G.E. - Sinopses dos Censos Demográficos

Em torno dos núcleos mencionados acima, percebe-se que o processo de conurbação urbana vem se consolidando, a partir deles e/ou a eles relacionados com outros municípios de forte influência econômica, localizados próximos ao litoral, gerando assim, “feições metropolitanas” a partir de relações cotidianas de trabalho na dinâmica demográfica. Os principais sub-espacos regionais “consolidados” nesse modelo de crescimento são aqueles correspondentes às áreas de influência metropolitana da “Grande Florianópolis”, “Região de Joinville” e “Região de Criciúma”.

A partir desses lugares uma rede de “centros intermediários” intercomplementares se dinamizam, definindo padrões de usos do solo - como os adensamentos residências, industriais e comerciais junto e/ou próximos à BR 101 - motivo de estrangulamentos na rodovia - e aprofundando em cada situação, ritmos de produção espacial por fluxos e fixos em tipo de mercadorias presentes nos conjuntos de objetos geográficos das paisagens.

Vale destacar ainda, os efeitos decorrentes de impulsos propiciados pelo desenvolvimento turístico, notadamente a partir dos anos oitenta, em lugares e suas áreas de influência como Balneário de Camboriu, Grande Florianópolis e Laguna.

A “indústria do turismo” ou “força fabril sem chaminé” é na contemporaneidade a atividade motriz geradora de significativa “competência econômica” em Santa Catarina e que tem se expressado aqui, proporcionalmente nos reflexos da globalização, como motivadora de desdobramentos funcional e paisagístico dos lugares.

Para o estado catarinense, em 1993, a atividade turística foi a responsável pela geração de uma receita bruta equivalente a 25% das suas exportações. Em 1994, era esperado um percentual na mesma faixa, abocanhando uma receita em torno de 560 milhões de dólares, segundo os dados publicados na imprensa pela SANTUR. Em 1995 as previsões estavam também aproximadas nessas faixas de expectativas, apesar das expansões concorrenciais do fluxo de turistas que demandam para Santa Catarina encontrar novas opções oferecidas pelos atrativos do nordeste brasileiro.

Em todo caso, a entrada de capitais do setor turístico tem sido um dos fatores significativos na alteração das formas de usos do solo nas áreas praianas, onde o preço da terra tem viabilizado a forte especulação imobiliária por grupos empresariais na sua predominância.

O fomento das práticas turísticas consubstanciadas por políticas estatais - tipo projetos Jurerê Internacional, Banco Sul Brasileiro/Grupo Habitasul - é também um dos geradores de problemas associados aos impactos ambientais de diversas ordens, em áreas de manguesais, dunas, restingas, costões e sítios arqueológicos, como também, na aceleração da degradação de aspectos culturais de tradição açoriana, notadamente, nas relações de trabalho no mundo da pesca.

Os “grandes” empreendimentos implantados, em implantação e/ou projetados - tipo Marina Porto da Barra/Grupo Portobello - são hoje motivos de inúmeros questionamentos acerca de suas magnitudes. Ao longo de todo o litoral esses empreendimentos ligados ao turismo e lazer - tipo Beto Carrero World - e, particularmente, nas áreas insulares - na capital do estado -, de baías e costões, aparecem como potencializadores do desenvolvimento sobretudo, de impactos sócio-ambientais que, conseqüentemente, onerarão os cofres públicos para solução de medidas mitigadoras.

Aproveitando-se da “natureza ecológica” como grande mercadoria/condicionante turística, os empreendimentos residenciais, de lazer, hoteleiros e de serviços estão redesenhando, em Florianópolis por exemplo, a sua paisagem insular e, conseqüentemente, criando impactos - positivos e/ou negativos - os quais se expressam como elementos básicos nas atuais formas de luta de classes, pela posse e usos do solo.

Considerações Finais

O litoral catarinense vem sofrendo ao longo do tempo profundas transformações, que fez modificar a original estrutura sócio-espacial luso-açoriana.

As tradicionais “interpretações pessimistas” (ligadas à uma visão terceiro mundista), comum por exemplo entre os adeptos da CEPAL, ou “desenvolvimentistas” (com marcante direcionamento aos interesses do capital e hoje bastante ligadas aos interesses “neoliberais”), não conseguiram analisar, com clareza, os processos de mudanças que o Brasil e seus diversos espaços regionais tem realizado no curso da história. Por isso, a dinâmica sócio-espacial muitas vezes tem sido apresentada como uma tendência linear, funcionalista, deslocada das múltiplas determinações ambientais e das relações que cada lugar engendra, nos contextos do processo global.

As análises carecem de elementos para dar conta da formação social, econômica, evolução histórico-cultural, entre outros necessários a uma boa compreensão das realidades espaciais. E é por esse caminho, numa análise regional, que se buscou neste estudo estabelecer conexões de totalidade, afim de avaliar a contemporaneidade e, conseqüentemente, perceber as diversas escalas de inserções a que os lugares/regiões estão submetidos, a cada temporalidade.

Bibliografia

- CAMPOS**, Nazareno J. **Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: EDUFSC/FCC, 1991.
- FIBGE**. Censos e Sinopses Demográficas do Estado de Santa Catarina. Edições de 1970, 1980 e 1991.
- LIMA**, Rui Cirne. **Sesmarias e terras devolutas (Parecer)**. Porto Alegre, Of. Gráficas Thurmann, 1931.
- LOJKINE**, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MACHADO**, Ewerton Vieira. Turismo e Urbanização: Dilemas na Contemporaneidade Brasileira. In: **Anais da 3a. Reunião Especial da SBPC**, Florianópolis, 1996. p. 345.
- MAMIGONIAN**, Armen. **Vida Regional em Santa Catarina**. In: Revista Orientação. São Paulo:IG/USP, 1976.
- PELUSO JR.**, Victor A. **Aspectos Geográficos da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC/UFSC, 1991.
- _____. **Estudos de Geografia Urbana**. Florianópolis: FCC/UFSC, 1991.
- PIAZZA**, Walter F. **Santa Catarina: Sua História**. Florianópolis: Lunardeli/UFSC, 1983.
- SANTOS**, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petropolis: Vozes, 1982.
- _____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTUR**, Apud **Diário Catarinense**. Edição especial de 27.9.94, Florianópolis
- SILVA**, Célia Maria e. Ganchos(SC): **Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Florianópolis: FCC/UFSC, 1992.
- SILVA**, Etiene Luís. **Desenvolvimento Econômico Periférico e Formação da Rede Urbana de Santa Catarina**. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 1978 (Dissertação de Mestrado).
- SOUZA**, Maria Adélia Aparecida de. **Conexões Geográficas: Um Ensaio Metodológico**. São Paulo, 1991 (mimeo).